

**Golden Actives – Sociedade
Gestora de Participações
Sociais, S.A.**

**Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2011
acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

113

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Actives - SGPS, S.A. (Golden Actives), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

Nos primeiros meses do ano os mercados financeiros foram marcados pelas crescentes tensões geopolíticas nos *MENA* (*Middle East and North Africa*). O aumento dos conflitos colocou em risco as exportações dos maiores fornecedores de petróleo, uma vez que os *MENA* controlam uma parte significativa da oferta global desta matéria-prima. As *commodities* serviram de refúgio e renovaram máximos atrás de máximos. A prata ultrapassou o máximo histórico de 1980 e aproximou-se dos 50 dólares a onça (49,80 dólares a onça), o ouro renovou máximos recorde e o Brent atingiu máximos desde 2008.

O desastre natural no Japão afetou gravemente a economia do país e colocou o mundo em tensão devido à possibilidade de um desastre nuclear. Durante o mês de Março a moeda japonesa atingiu valores máximos não registados desde a Segunda Guerra Mundial face ao dólar americano. No sentido de ajudar o Japão, o grupo das sete maiores economias mundiais (*G7*) decidiu colocar à venda ienes, para contrariar esta apreciação da moeda. Esta foi a primeira intervenção no mercado cambial do *G7* em 10 anos. Estes esforços conjuntos destinaram-se a acalmar o pânico comprador de ienes.

A
v
B

A segunda metade do ano foi dominada pela crise da dívida soberana da Zona Euro e pelo impasse no congresso norte-americano. A crise da dívida, que teve início nos países periféricos da Zona Euro, rapidamente se propagou para economias de maior dimensão (Itália e Espanha). As *yields* a 10 anos da dívida soberana italiana ultrapassaram o nível psicológico dos 7% no dia 9 de Novembro (7,483%) e os *credit default swaps* a 10 anos passaram de 185 pontos base no início do ano para perto dos 500 pontos base. A estagnação da atividade económica e a debilidade do sector financeiro europeu ameaçaram o triplo A de alguns países da Zona Euro, nomeadamente a França pois está muito exposta à dívida soberana dos países periféricos.

O congresso americano conseguiu chegar a acordo para subir o teto da dívida dos Estados Unidos. No entanto, tal não impediu que a *Standard and Poor's* baixasse a notação de AAA para AA+. A agência considerou que o acordo atingido entre os dois partidos (democratas e republicanos) permitiu evitar uma possível situação de incumprimento, mas não foi suficiente para garantir a sustentabilidade das finanças americanas.

Mercado de Capitais

No segmento acionista destacaram-se as fortes quedas registadas na Europa. O índice alemão *DAX* recuou 14,69%, o francês *CAC* perdeu 16,95% e o espanhol *IBEX* desvalorizou 13,11%. O índice nacional *PSI 20* terminou o ano de 2011 com uma perda de 27,60%. Em termos de desempenho anual, o BCP deslizou perto de 75%, o BES recuou 53% e o BPI menos 62%. Nos EUA, o *S&P 500* terminou o ano a zero nos 1.257 pontos, o *Nasdaq Composite* recuou 1,80% e o *Dow Jones* amealhou 5,53%.

No segmento obrigacionista, nos EUA as obrigações do Estado Americano a 10 anos cotavam com um *yield* de 1,88% no final de 2011 *versus* 3,29% no final de 2010. Por sua vez, as obrigações do Estado Alemão a 10 anos cotavam com um *yield* de 1,83% no final de 2011 *versus* 2,96% no final de 2010.

No mercado cambial, a crise da dívida da Zona Euro afetou significativamente a confiança na moeda única europeia. No ano de 2011 o euro (EUR) depreciou 3,2% face ao dólar Americano (USD).

ATIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

A Golden Actives teve resultados líquidos positivos, os quais se deveram ao facto de a Golden Broker ter efectuado uma distribuição de resultados (dividendos) no montante de 500.000,00 €.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2012, a sociedade mantenha a política de participações adoptada até à presente data.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 506.968,67 € da seguinte forma:

- Reserva legal (5%): 25.348,43 €
- Resultados transitados: 481.620,24 €

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

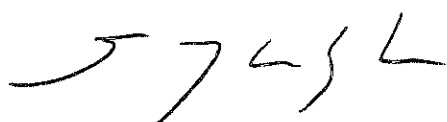
Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 15 de Março de 2012

O Conselho de Administração



Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira
Presidente



Alfredo Manuel Pinto Menezes
Vogal



António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo
Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração são titulares das seguintes acções da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2011:

	N.º AÇÕES 31-12-2010	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º AÇÕES 31-12-2011
		Aumento Capital	Aquisições		
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	0	0	0	56.000
Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

Os órgãos de fiscalização não são titulares de quaisquer acções da sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2011, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

GOLDEN ACTIVE S - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

Notas	2011		2010	
	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
4	16.241	-	16.241	6.078
5	500.000	-	500.000	-
2	450.000	-	450.000	450.000
3	102.500	-	102.500	102.500
6	4.774	3.966	808	1.111
7	59.619	-	59.619	-
8	169.677	-	169.677	244.893
	1.302.811	3.966	1.298.845	804.582

ACTIVO:

Disponibilidades em outras instituições de crédito
 Aplicações em instituições de crédito
 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 Activos financeiros disponíveis para venda
 Activos intangíveis
 Activos por impostos correntes
 Outros activos

Notas	2011	2010
9	160.000	160.000
8	5.318	18.024
	165.318	178.024

PASSIVO:

Outros passivos subordinados
 Outros passivos
 Total do Passivo

CAPITAIS PRÓPRIOS:

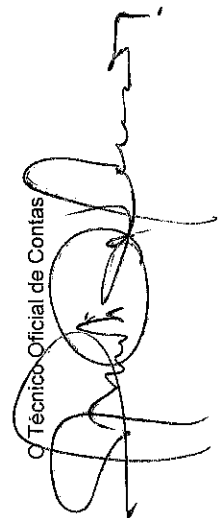
Capital
 Outros instrumentos de capital
 Outras reservas e resultados transitados
 Resultado do exercício
 Total dos Capitais Próprios

Total do Passivo e dos Capitais Próprios

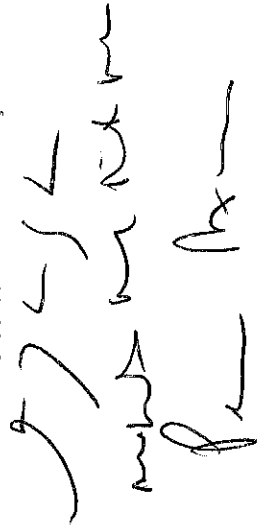
Total do Activo

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

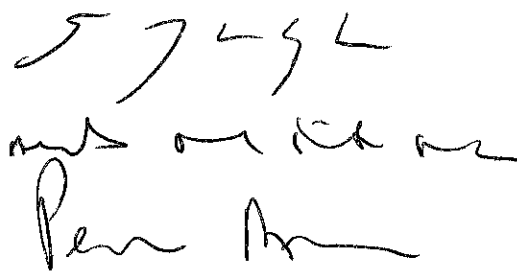
	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros e rendimentos similares		19.789	2.287
Juros e encargos similares		(180)	(154)
Margem financeira		<u>19.609</u>	<u>2.133</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	13	500.000	100.000
Outros resultados de exploração		(883)	89
Produto bancário		<u>518.726</u>	<u>102.222</u>
Gastos gerais administrativos		(11.830)	(11.279)
Amortizações do exercício	6	(1.017)	(930)
Resultado antes de impostos		<u>505.879</u>	<u>90.013</u>
Impostos sobre lucros correntes	7	1.090	-
Resultado do exercício		<u><u>506.969</u></u>	<u><u>90.013</u></u>
Resultados por acção			
Básico	15	5,07	0,90
Diluído	15	5,07	0,90

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

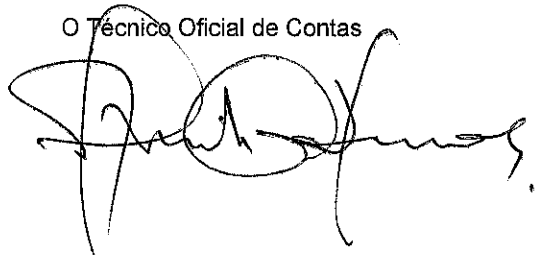
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

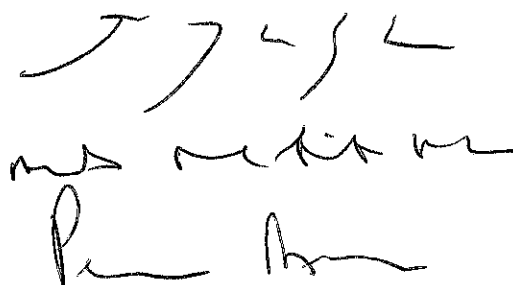
	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado líquido do exercício		506.969	90.013
Total do rendimento integral do exercício		<u>506.969</u>	<u>90.013</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	500.000	5.000	(11.373)	42.918	536.545
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2009:	-	-	42.918	(42.918)	-
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	90.013	90.013
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	500.000	5.000	31.545	90.013	626.558
Saldo em 31 de Dezembro de 2010					
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010:	-	-	90.013	(90.013)	-
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	506.969	506.969
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	500.000	5.000	121.558	506.969	1.133.527
Saldo em 31 de Dezembro de 2011					

Saldo em 1 de Janeiro de 2010

Aplicação do resultado líquido do exercício de 2009:

Transferência para outras reservas e resultados transitados

Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Saldo em 31 de Dezembro de 2010

Aplicação do resultado líquido do exercício de 2010:

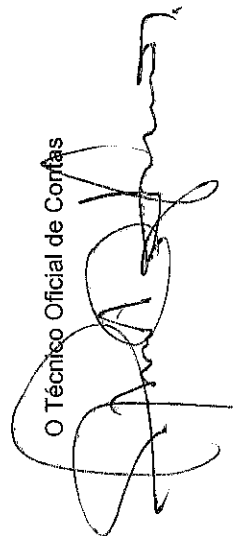
Transferência para outras reservas e resultados transitados

Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Saldo em 31 de Dezembro de 2011

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

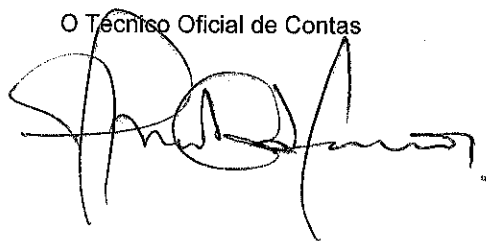
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

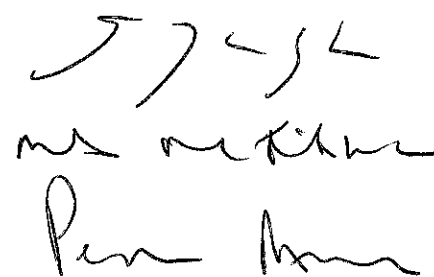
	Notas	2011	2010
Actividades Operacionais:			
Juros e rendimentos recebidos		15.357	4.088
Juros e encargos similares pagos		(180)	(154)
Recebimentos / (Pagamentos) de impostos		(3.304)	(96.713)
Outros recebimentos e (pagamentos) de exploração, líquido		(997)	(13.659)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		10.876	(106.438)
Fluxos das actividades operacionais (1)		10.876	(106.438)
Actividades de Investimento:			
Dividendos		500.000	100.000
Diminuições / (aumentos) de aplicações da Sociedade em instituições de crédito		(500.000)	-
Diminuições / (aumentos) de activos intangíveis		(713)	(996)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(713)	99.004
Actividades de Financiamento:			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-	-
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		10.163	(7.434)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	6.078	13.512
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	4	16.241	6.078

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.241	6.078
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	-	-
	-----	-----
	16.241	6.078
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses (até Outubro de 2012) e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”) o qual, em 31 de Dezembro de 2011 é constituído por aquela entidade e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Durante o exercício de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma	Data de entrada em vigor	Observações
Alterações à IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas e alterações à IFRS 8 - Segmentos Operacionais	Após 31-12-2010	Esta revisão vem simplificar a definição de «parte relacionada», eliminando simultaneamente certas incoerências internas, e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transacções com partes relacionadas. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 atrás referidas.
Alterações à IFRIC 14 - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	Após 31-12-2010	Estas alterações eliminam uma consequência não intencional da IFRIC 14 nos casos em que uma entidade sujeita a um requisito de financiamento mínimo procede ao pagamento antecipado de contribuições quando, em certas circunstâncias, a entidade que procede a esse pré-pagamento seria obrigada a reconhecer um dispêndio. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um activo.
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio e alterações à IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro	Após 30-06-2010	Esta interpretação aborda as seguintes questões: (a) os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção total ou parcial de um passivo financeiro são «retribuições pagas» de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39? (b) como deve uma entidade mensurar inicialmente os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção desse passivo financeiro? (c) como deve uma entidade contabilizar qualquer diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro extinto e a quantia inicial mensurada dos instrumentos de capital próprio emitidos? As sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19.
Alterações à IFRS 1 - Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações	Após 30-06-2010	Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez.
Melhoramentos de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7 IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13	IFRS 1, 3 e IAS 32, 39: Após 30-06-2010 e IFRS 7, IAS 1, 34 e IFRIC 13: Após 31-12-2010	Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros	Após 31-01-2010	Apresentação é alterada nos termos do anexo ao presente regulamento.

O efeito nas demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro

Este processo envolveu a revisão de 8 normas e interpretações. Em resultado da adopção das alterações resultantes dos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro não se verificaram efeitos significativos ao nível das demonstrações financeiras anexas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes alterações, com aplicação obrigatória após 1 de Julho de 2011, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma	Data de entrada em vigor	Observações
Alterações à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações	Após 1-07-2011	Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Estas alterações, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

(Montantes expressos em Euros à unidade)

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa em 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA's, o Conselho de Administração da Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

Nas demonstrações financeiras da Sociedade, a empresa filial está valorizada ao custo de aquisição, ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo e refere-se à participação na Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. com uma percentagem de participação de 100%.

Os dividendos da empresa filial são reconhecidos nos resultados individuais da Sociedade na data em que são atribuídos.

As perdas por imparidade, quando constatadas, são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui os investimentos financeiros que não sejam classificados como empresas filiais ou associadas. Esta rubrica inclui ainda prestações acessórias ou suplementares de capital efectuados nesses investimentos financeiros.

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso os mesmos registados pelo seu custo de aquisição, ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de uma diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de "software", sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de "software" são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

e) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

f) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

g) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

GOLDEN ACTIVES- SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros à unidade)



2. INVESTIMENTOS

Os investimentos em empresas filiais, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital, capitais próprios e resultado líquido a 31 de Dezembro de 2011, são os seguintes:

Designação	Valor de balanço	Sede	Percentagem efectiva de capital	Capital próprio		Resultado líquido	
				2011	2010	2011	2010
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. ("Golden Broker")	450.000	Porto	100%	1.137.020	1.534.481	105.046	352.060

A Sociedade domina totalmente a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., pelo que assume, perante terceiros, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais.

3. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica refere-se a uma participação de 5% no capital social da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., adquirida pelo montante de 96.250 Euros, bem como a prestações suplementares realizadas naquela sociedade no montante de 6.250 Euros.

Conforme política definida na Nota 1 b), este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, não se estimando que o mesmo exceda o seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Activo	Capital próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2011	2.207.652	1.518.000	429.898	4.501.725
2010	1.705.566	1.097.904	247.799	3.496.489

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos desta rubrica referem-se a depósitos à ordem mantidos junto do Banco Espírito Santo, S.A. e do Banco Comercial Português, os quais são remunerados a taxas de mercado e encontram-se expressos em Euros.

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica era constituída por dois depósitos a prazo no montante de 250.000 Euros cada. O primeiro, na instituição financeira Banco Comercial Português, rendia juros a uma taxa fixa de 7,3% e tem o seu vencimento em Outubro de 2012. O segundo, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A., o qual rendia juros a uma taxa fixa de 7,15% tem o seu vencimento em Outubro de 2012.

(Montantes expressos em Euros à unidade)

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica de "Activos intangíveis" diz integralmente respeito a sistemas de tratamento automático de dados. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento nos "Activos intangíveis", bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2011					
Sistemas de tratamento automático de dados					
Rubricas	31.12.2010	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31.12.2011
Activo bruto	4.061	713	-	-	4.774
Amortizações e perdas de imparidade	(2.950)	(1.017)	-	1	(3.966)
	<u>1.111</u>	<u>(304)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>808</u>

2010					
Sistemas de tratamento automático de dados					
Rubricas	31.12.2009	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31.12.2010
Activo bruto	3.065	996	-	-	4.061
Amortizações e perdas de imparidade	(2.020)	(930)	-	-	(2.950)
	<u>1.045</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.111</u>

7. IMPOSTOS

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que a filial da Sociedade regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais como uma conta a pagar à sociedade dominante. Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada no exercício de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		505.879		90.013
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	134.058	26,50%	23.853
Dedução de lucros anteriormente tributados (dividendos)		(132.500)		(26.250)
Excesso de estimativa de imposto		(1.934)		-
Outros custos / (proveitos) não aceites fiscalmente		(714)		(66)
Imposto apurado com base na taxa efectiva	0%	<u>(1.090)</u>	0%	<u>-</u>
Do qual:				
- Imposto corrente		844		-
- Excesso de estimativa de imposto		(1.934)		-

(Montantes expressos em Euros à unidade)

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Activos por impostos correntes” pode ser desagregada como segue:

	<u>2011</u>
Pagamentos por conta	120.642
Retenções na fonte	2.818
Estimativa de imposto Golden Actives	(844)
Estimativa de imposto Golden Broker	(62.997)
	<u>59.619</u>

8. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros activos” tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Suprimentos concedidos	102.507	102.248
Golden Broker - RETGS	62.997	133.579
Outros	4.173	9.066
	<u>169.677</u>	<u>244.893</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Suprimentos concedidos” diz respeito à Golden Broker (Nota 2), os quais vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de vencimento definido. Adicionalmente, o saldo da rubrica “RETGS” diz respeito a uma conta a receber da Golden Broker relativa ao imposto estimado do exercício de 2011 e 2010 no âmbito do RETGS (Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros passivos” tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Encargos a pagar	5.191	2.595
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	-	15.357
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	53	-
Fornecedores	74	72
	<u>5.318</u>	<u>18.024</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” refere-se ao valor de imposto apurado no âmbito do RETGS.

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

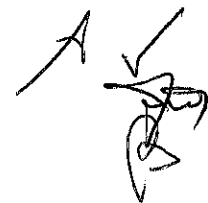
O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 refere-se a empréstimos subordinados obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos accionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos accionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.



12. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PROPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reserva legal	6.647	2.146
Resultados transitados	114.911	29.399
	<u>121.558</u>	<u>31.545</u>

A legislação vigente, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Accionistas realizada em 31 de Março de 2011 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2010 como segue:

Reserva legal	4.501
Resultados transitados	85.512
	<u>90.013</u>

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

13. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica refere-se a dividendos distribuídos pela filial Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A..

14. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDOS AO FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único da Sociedade é a Deloitte & Associados, SROC e auferiu, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, uma remuneração de 4.290 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Política de Remunerações

Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Actives tem em vista, entre outros objectivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos. Este alinhamento assenta, entre outros aspectos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores com funções executivas, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Actives.

Componentes da remuneração

A remuneração atribuída aos administradores com funções executivas e aos colaboradores de topo inclui uma componente fixa e uma componente variável que depende do desempenho obtido pela Golden Actives, pelas áreas sob a responsabilidade da pessoa em causa e do seu mérito.

A remuneração variável é por, regra, paga em dinheiro.

O Fiscal Único auferir, exclusivamente, remunerações fixas e, nesse sentido, a sua remuneração não se encontra dependente dos resultados.

Princípios da política de remuneração

A política de remuneração assenta em cinco vectores:

(Montantes expressos em Euros à unidade)

1. Desempenho

As remunerações dos administradores com funções executivas e dos colaboradores de topo estão directamente associados aos níveis de desempenho obtidos:

- pela Sociedade Gestora de Participações Sociais;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Os critérios utilizados na aferição do nível de desempenho e do peso relativo de cada uma das áreas atrás referidas variam de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa.

2. Competitividade

A Golden Actives procura oferecer aos seus administradores com funções executivas e colaboradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adoptar esta política, a Golden Actives tem o objectivo de atrair e reter os elementos mais eficazes, mais rendíveis e com maior potencial para a organização.

3. Estratégia

A remuneração atribuída a um determinado colaborador é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Actives, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

4. Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

5. Alinhamento com os Accionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre accionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da Sociedade Gestora de Participações Sociais.

15. RESULTADOS POR ACCÃO

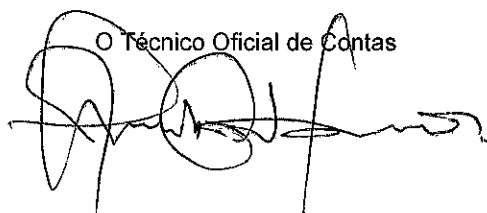
Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2011	2010
Resultado para efeito do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	506.969	90.013
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por acção:		
Básico	5,07	0,90
Diluído	5,07	0,90

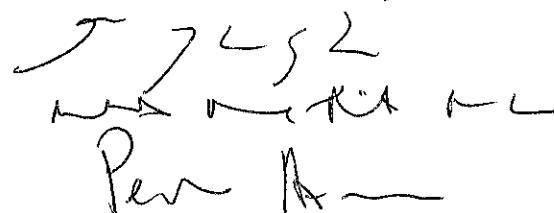
15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de Março de 2012. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2011 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 5 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o exposto no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 30 de Março de 2012


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 1.298.845 Euros e capitais próprios de 1.133.527 Euros, incluindo um resultado líquido de 506.969 Euros, as Demonstrações dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1).

Página 2 de 2

Ênfase

5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Sociedade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 1 do Anexo, os investimentos em filiais e associadas são apresentados ao mais baixo dos valores de custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A Sociedade irá preparar nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado e o rendimento integral das operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa do conjunto formado pela Sociedade e suas filiais, para aprovação e publicação em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 30 de Março de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ATA N.º 6

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e doze, pelas onze horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e contas do exercício de dois mil e onze;_____

Dois - Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, do exercício de dois mil e onze; _____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. _____

Cinco - Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único para o triénio 2012-2014. _____

Seis - Remunerações dos órgãos sociais. _____

Encontravam-se presentes ou representados todos os acionistas da sociedade, tendo estes assinado a lista de presenças e ficando o respectivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente ata. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente ata, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do código das sociedades comerciais. _____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.-

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos acionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida. _____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2011, os quais foram aprovados por unanimidade. _____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2011, os quais foram aprovados por unanimidade. _____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os resultados líquidos positivos do exercício no valor de

ACTAS

506.968,67 €, tenham a seguinte aplicação: Reserva legal (5%): 25.348,43 €; Resultados transitados: 481.620,24 €».

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o vogal do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os atos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta:

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quinto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista Joaquim Pedro Almeida Costa, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que para o triénio 2012-2014 sejam reconduzidos o Presidente do Conselho de Administração e o vogal Dr. Alfredo Menezes, bem como o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja eleito um novo vogal do Conselho de Administração, um novo Fiscal Único, um novo Fiscal Único Suplente e um novo secretário da Mesa da Assembleia Geral, ficando, assim, os órgãos sociais com a seguinte composição:

Conselho de Administração:

Presidente: Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, casado, residente na rua de Calvelo de Cima, 33, Fraião, 4715-132 Braga, contribuinte número 216 984 939;

Vogal: Alfredo Manuel Pinto Menezes, casado, residente na rua Maria Peregrina de Sousa, 82, 4250-095 Porto, contribuinte número 201 520 729.

Vogal: Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho, casada, residente na rua Aristides de Sousa Mendes, 224, 4150-088 Porto, contribuinte 218 661 088;

Fiscal Único: «Patrício, Moreira, Valente & Associados, S.R.O.C.», inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o número 21 e no Registo de Auditores da CMVM com o número 196, com sede na Avenida do Brasil nº15 - 1º, 1749-112 Lisboa e escritórios na Rua da Saudade, nº132 - 3º, 4150-682 Porto, pessoa coletiva 501 612 181, representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos, inscrito na OROC sob o número 1034, casado, com a morada profissional na Rua da Saudade nº132 - 3º, 4150-682 Porto, contribuinte número 198 025 408;—

Suplente: Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, casado, inscrito na OROC sob o número 622, residente na Rua José Falcão n.º 190 – 1º, 4050-315 Porto, contribuinte número 108 671 208;—

Mesa da Assembleia Geral:

ACTAS

Presidente: Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha, casado, com domicílio profissional na Rua Pedro Homem de Melo, 55, Sala 605, na cidade do Porto;_____

Secretário: Joaquim Pedro Almeida da Costa, solteiro, maior, residente na rua Dra. Dulce Barros Moura, 22, 4610-157 Felgueiras, contribuinte número 187 614 890._____

Mais proponho que:_____

- os membros do Conselho da Administração, fiquem dispensados de prestar a caução prevista no artigo 396.º do código das sociedades comerciais;_____

- os membros do Conselho de Administração, não auferam remuneração;_____

- os membros da Mesa da Assembleia Geral, não auferam qualquer remuneração._____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade._____

O Presidente colocou, então, à discussão o sexto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista Dr. Vasco Freitas, o qual apresentou a seguinte proposta: _____

«Proponho que seja aprovada a política de remunerações constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante»._____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade._____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e cinquenta e cinco minutos e, para constar, dela se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade._____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

